



ABASTECER A CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)



ABASTECER A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 22

ABASTECER A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
GONÇALO MELO DA SILVA
editores

Textos selecionados das IV Jornadas Internacionais de Idade Média “Abastecer a Cidade na Europa Medieval” (Castelo de Vide, de 10 a 12 de Outubro de 2019) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 8 e 9 de Outubro de 2019).

Arbitragem Científica:

Adelaide Millán da Costa (Universidade Aberta)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Emilio Martín Gutiérrez (Universidade de Cádiz)
Eduardo Aznar (Universidade de La Laguna)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Manuel Fialho Silva (Centro de História da Universidade de Lisboa)
Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria Filomena Barros (Universidade de Évora)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Mário Farelo (Universidade Nova de Lisboa)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Pere Verdes Pijuan (Institución Millá y Fontanals (CSIC))
Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Sara Prata (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Sauro Gelichi (Universidade Ca’Foscari Veneza)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Título	Abastecer a Cidade na Europa Medieval Provisioning Medieval European Towns
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	Muralha da vila de Castelo de Vide, fotografia de Eduardo Alves ©
Coleção	Estudos 22
ISBN	978-989-54529-2-7 (IEM) 978-972-9040-17-7 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco
Revisão	Mariana Alves Pereira
Depósito legal	474746/2020
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Apresentação	11
<i>António Pita</i>	

Abastecer a cidade na Europa medieval: algumas reflexões em torno de um colóquio, de um livro e de um tema	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva</i>	

PARTE I

A Intervenção dos Poderes

The Intervention of Powers

Strange Cities on the Waters: North Adriatic settlements between 7th-9th centuries AD	23
<i>Sauro Gelichi</i>	

Some problems about urban transitions in 12th and 13th Iberia	37
<i>Hermenegildo Fernandes</i>	

Ciudades y procesos de “agrarización” en Andalucía Occidental durante el siglo XV	63
<i>Emilio Martín Gutiérrez</i>	

Lisboa e o abastecimento de vinho para Ceuta na primeira metade do século XV	91
<i>José Miguel Zenhas Mesquita</i>	

Do cultivo ao consumo: o abastecimento de cereal na Gafaria de Coimbra nos séculos XIV e XV	111
<i>Ana Rita Rocha</i>	

O abastecimento alimentar da cidade em finais do século XIV: o contributo do Livro das Posturas Antigas de Évora	129
<i>Rodolfo Petronilho Feio</i>	

PARTE II

Gerir Crises e Conflitos no Abastecimento

Managing Crises and Conflicts in Supply

Defender la ciudad medieval contra el hambre: abastecimiento y políticas anonárias	151
<i>Denis Menjot</i>	

Uma pequena cidade medieval e o seu pão na Baixa Idade Média: o caso de Loulé.....	179
<i>Iria Gonçalves</i>	
El abastecimiento cerealista de Manresa durante la hambruna de 1333-1334	215
<i>Adrià Mas i Craviotto</i>	
A luta pelo controlo do abastecimento e repartição da carne e do peixe na cidade de Braga nos séculos XIV e XV	237
<i>Raquel Oliveira Martins</i>	
Del mar Cantábrico a la meseta castellana. Las dificultades de los mercaderes de las Cuatro Villas de la Costa en la distribución del pescado en el norte de Castilla a finales de la Edad Media	253
<i>Javier Añibarro Rodríguez</i>	
Problemas en el abastecimiento del pescado en la meseta meridional castellana a finales de la Edad Media.....	271
<i>Julián Sánchez Quiñones</i>	

PARTE III

Ao Gosto da Cidade: Matérias-Primas e Produtos

To the Taste of the City: Raw Materials and Products

Provision in Medieval Rome: data on the building activities	295
<i>Nicoletta Giannini</i>	
Matérias-primas para o Paço da Alcáçova: a intervenção régia num Paço lisboeta (1507-1513)	309
<i>Diana Martins</i>	
Provisioning the building sites of the mendicant convents in Auvergne (Realm of France) in the Middle Ages (early 13th-early 16th centuries)	329
<i>Claire Bourguignon</i>	
Abastecer um estaleiro construtivo: O exemplo do Colégio da Graça (1543–1548)	347
<i>João Paulo Graça Pontes</i>	
A louça quotidiana e identidade social em Santarém na Idade Média (séculos XI-XIV)	365
<i>Tânia Manuel Casimiro; Carlos Boavida; Telmo Silva</i>	

PARTE IV

Espaços, Equipamentos e Rostos do Abastecimento

Spaces, Infrastructure, and Faces of Supply

Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval..... 383

Maria do Carmo Ribeiro

Las alhóndigas. Análisis de una nueva arquitectura civil. Importancia de su implantación en las ciudades de Castilla y León en el siglo XVI 403

José Miguel Remolina Seivane

Moleiros, moinhos e azenhas no Porto nos séculos XIV e XV: um setor-chave do abastecimento cerealífero urbano 423

Arnaldo Melo

O armazenamento e a gestão dos recursos nas cidades do Gharb al-Andalus: o exemplo de Alcácer do Sal 449

Marta Leitão

As estruturas de produção e armazenamento da vila medieval de Sesimbra 467

Rui Filipe Gil; Rafael Santiago

Os mercadores e os mesteres na paisagem urbana do século XV: o contributo da documentação notarial vimaranense 483

André Moutinho Rodrigues

“quallquer [...] rregateira que conprar quaaesquer mantjmentos em quaisquer lugares”: o papel das regateiras no abastecimento alimentar urbano..... 497

Mariana Alves Pereira

PARTE V

Tempos de comércio: mercados e feiras, fiscalidade e moeda

Times of Trade: Markets, Fairs, Taxation, and Money

Na Lisboa de D. João I (1385-1433): fiscalidade régia e abastecimento 511

Catarina Rosa

El diezmo de los trigos del cabildo catedralicio del Reino de Mallorca: estructura y recaudación (1400-1420)..... 527

María del Camí Dols Martorell

The Crown, Towns and Currency: The Constitutional Restraint of Coinage in León and Castile, 1157-1230	551
<i>James Todesca</i>	
Entre o abastecimento da vila e o comércio regional: feiras mensais e quinzenais na Idade Média Portuguesa	573
<i>Paulo Morgado e Cunha</i>	
Vegetais nos mercados do Ġarb al-Andalus. Entre os tratados agronómicos e a arqueo-botânica (séculos X-XIII).....	589
<i>António Rei</i>	
La saca de pan y el almirantazgo castellano: jurisdicciones, conflictos institucionales y tensiones sociales.....	607
<i>Lorenzo Lage Estrugo</i>	

Apresentação

“A Arte é tudo – tudo o resto é nada.
Só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo.”

Eça de Queirós in “A Correspondência de Fradique Mendes.”

Com esta quarta publicação dos artigos produzidos no âmbito das Jornadas Internacionais de Idade Média, as quais, desde 2016, ininterruptamente, se têm vindo a realizar nesta Notável Vila, reforça-se a firmeza do compromisso assumido entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Na realidade, as vivências e a oralidade intrínsecas à realidade presencial própria dos dias em que se desenrolam as Jornadas, caracterizam-se por terem um sabor insubstituível, tão específico do inigualável prazer que brota do diálogo nas relações entre seres humanos. E, por assim ser, contamos mentalmente os meses que faltam para mais um reencontro anual neste espaço-projeto, onde, entre a riqueza das apresentações pluridisciplinares e os profícuos debates em diferentes línguas, há sempre um intervalo para desfrutar do tempo – deste tempo denso e sedimentado que só as terras fundadas na Idade Média possuem. É, pois, nesta atmosfera plácida e tranquila, entre prenúncios de outono, que esta Notável Vila (onde nasceu Garcia de Orta, Mouzinho da Silveira, Laranjo Coelho e Salgueiro Maia), sente o orgulho de ser palco desta feliz cooperação entre Academia, Universidade e Poder Local, cujos resultados, ano após ano, subsidiam indelevelmente o conhecimento histórico.

De facto, por um lado, é neste ambiente telúrico e de entusiasmo que decorrem as Jornadas da Idade Média, sentindo-se a riqueza intrínseca na descontraída interação entre investigadores, alunos e colaboradores – e ainda com o próprio lugar! Um espaço de experiências, de reflexões, de diferentes abordagens, de distintas perspetivas, que em sala, nos corredores ou no jardim, resulta em enriquecimento dos participantes e alimenta a harmonia entre medievalistas. Contudo, será sempre através da forma de LIVRO que o conhecimento transcrito ganha garantias da sua perenidade, na medida em que essa materialidade substantiva ultrapassa as coordenadas do Tempo

e dos Lugares, cumprindo assim (ainda) a sua primordial missão de transmissão do saber entre as sociedades. Por cada ano que passa, e verificando-se a continuidade deste projeto, cresce o orgulho de Castelo de Vide, na medida em que, embora participando de forma muito modesta mas muito empenhada, cumpre e faz jus ao compromisso formal e público assumido desde a primeira hora: “proporcionar as condições necessárias para que Castelo de Vide, durante longos e frutuosa anos, se afirme como um fórum de discussão entre investigadores que tragam luz sobre os infindos mistérios que envolvem a cidade medieval europeia!” Porém, há no tempo presente uma ameaça latente que rasga o planeamento e torna a decisão sobre a realização da iniciativa depender da realidade circunstanciada quase ao dia. De facto, no momento em que estas linhas são escritas importa sublinhar o período verdadeiramente excecional em que vários países do mundo, e particularmente Portugal, estão assolados pela pandemia COVID-19, cuja evolução e desfecho a ciência ainda não domina.

Porém, não obstante este contexto de risco – e naturalmente porque Castelo de Vide iça a sua bandeira de lugar “Clean and Safe”, sendo, portanto, e por ora, um território sanitariamente seguro –, reiterámos ao Instituto de Estudos Medievais a nossa determinação em prosseguir com as Jornadas no presente ano de 2020, ou seja, daqui a poucas semanas. E a resposta intrépida foi: “– Vamos a isso! Seguindo obviamente os protocolos de segurança!” E, é precisamente neste acreditar de que podemos ser proprietários do nosso destino que sentimos a profunda convicção de 2021 trazer mais um livro a esta fantástica coleção. Queremos muito acreditar que todo o esforço já produzido até à data será justamente compensado pela força providencial de repetirmos esta tarefa concretizando as Jornadas dedicadas à Governança da Cidade Medieval, servindo assim a investigação histórica e ganhando conhecimento à Idade Média. Por último, importará sempre – e uma vez mais! –, como ato da mais elementar justiça, agradecer genuinamente à Direção do Instituto de Estudos Medievais. A ilustre plêiade das Professoras/Investigadoras/Diretoras que têm sido verdadeiras construtoras desta arquitetura de conhecimento em torno da cidade medieval, graças ao empenhamento e dedicado trabalho produzido na organização e coordenação desta iniciativa, semearam frutos que, ano após ano, evidenciam um inestimável sucesso consubstanciado com esta notável obra fundada já em 4 livros. E Castelo de Vide agradece reconhecidamente o privilégio por associar o seu nome a este singular projeto de investigação que assim vai fazendo a sua própria história!

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Abastecer a Cidade na Europa Medieval: algumas reflexões em torno de um colóquio, de um livro e de um tema

*Amélia Aguiar Andrade¹
Gonçalo Melo da Silva²*

Em Outubro de 2019 decorreram em Castelo de Vide a 3ª *Escola de Outono em Estudos Medievais* e as 4ªs *Jornadas Internacionais de Idade Média*, estas últimas em torno do tema *Abastecer a cidade na Europa medieval*. Um ano depois, graças ao apoio da Câmara Municipal de Castelo de Vide disponibiliza-se ao público uma recolha de textos seleccionados de entre os apresentados nesses dois eventos, depois de terem sido alvo de uma dupla avaliação por pares. Apesar das dificuldades colocadas pelo actual contexto pandémico ao desenvolvimento de trabalhos de investigação, é possível publicar um conjunto de trinta textos elaborados por trinta e três investigadores provenientes de Portugal, Espanha, Itália, França e Estados Unidos da América. Esta obra, revelando e ampliando o que foram as lições da *Escola de Outono* e as conferências plenárias e comunicações das *Jornadas*, vem dar continuidade ao desiderato que desde sempre se quis associar à organização destes dois eventos: ultrapassar o âmbito mais restrito dos que neles participaram para chegar a públicos mais vastos, através da divulgação, em formato papel e digital, de conhecimento novo e de qualidade sobre a cidade medieval.

Contudo, este livro não recolhe os posters apresentados pelos alunos da *Escola de Outono*, reveladores de trabalhos em curso destinados à obtenção do grau de mestre ou de doutor, que suscitaram não só animadas discussões como novas interpelações que constituíram importantes contributos para a melhoria das problemáticas e das metodologias de trabalho a empreender pelos estudantes. A sua

¹IEM - NOVA FCSH.

²IEM - NOVA FCSH.

diversidade temática foi reveladora de que, apesar dos constrangimentos no apoio à investigação, continua a haver jovens disponíveis para desbravarem novos caminhos para um melhor conhecimento da Idade Média. A adesão de um número cada vez mais elevado de estudantes e a participação, para além dos professores convidados, de outros professores e/ou investigadores interessados em participar nas discussões, comprovam a importância deste tipo de actividade para a formação de jovens investigadores e de como a *Escola de Outono de Castelo de Vide* se tem vindo a impor, paulatinamente, na agenda de trabalho de mestrandos e doutorandos nacionais e estrangeiros.

Condicionalismos de vária ordem impedem também, a transcrição nesta obra, dos debates que tiveram lugar no final das distintas sessões das *Jornadas*, a partir dos quais se alargaram perspectivas, se sugeriram outras interpretações dos dados, se contextualizaram de forma mais ampla resultados. Contributos que muitos autores inseriram nas versões escritas das suas apresentações agora publicadas, o que é revelador da importância que o debate científico sempre tem para a melhoria da qualidade dos estudos históricos. A diversidade da proveniência, formação e interesses historiográficos dos participantes bem como a saudável mistura entre investigadores experientes e jovens em início de carreira que caracteriza as *Jornadas*, tem sido particularmente estimulante para uma frutuosa troca de ideias, que não se esgota nas sessões e, se prolonga nos momentos de convívio, abrindo caminho ao estabelecimento de futuras redes de trabalho colaborativo.

Os textos agora apresentados comprovam a pertinência da escolha do tema do abastecimento da cidade medieval para as *Jornadas*, não só porque este surge como um elemento incontornável na subsistência das comunidades urbanas medievais como também se revela com um objecto historiográfico de enorme potencialidade, uma vez que pode interligar-se com problemáticas bem presentes na sociedade actual, como o equilíbrio dos ecossistemas, a exploração regrada dos recursos naturais, a protecção do ambiente, entre outras. Apresenta ainda uma especial disponibilidade para o desenvolvimento de estudos de carácter interdisciplinar em que a História e a Arqueologia medievais podem beneficiar muito do diálogo com outros ramos do saber que estão para além das Ciências Sociais e Humanas como é o caso, por exemplo, da Geologia, da Biologia ou, da Agronomia.

Contudo, quando um encontro científico resulta, como acontece com as *Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo de Vide*, de um apelo a comunicações amplamente divulgado, tende sempre a ocorrer um certo distanciamento entre o que desejam os organizadores – plasmado no texto de apresentação e nas sugestões temáticas – e a resposta da comunidade científica, expressa nas propostas de comunicação. Os organizadores pretendem que o programa seja temático, espacial e cronologicamente o mais completo e abrangente possível, enquanto os investigadores

traduzem, nas suas propostas, as dinâmicas actuais da investigação desenvolvida nos contextos historiográficos em que se inserem. As palestras dos oradores convidados pretendem por isso ser, nesse contexto, as âncoras que possibilitam que a temática central encontre um levantamento de problemáticas inovadoras e/ou a proposta de metodologias capazes de lhe responderem com a maior eficácia. Circunstâncias que se reflectem no conteúdo desta publicação, em que se mesclam as propostas de escopo mais profundo e reflexivo com os estudos de caso, mais circunscritos temática e espacialmente. Em todos, o leitor pode ainda encontrar remissões para uma vasta bibliografia complementar ou, a referência a colecções documentais que poderá consultar. A riqueza desta obra, que nos apraz salientar, assenta na complementaridade entre as perspectivas apresentadas, a diversidade de espaços de observação considerados e a amplitude das problemáticas equacionadas.

De entre os textos apresentados pelos oradores convidados cumpre destacar os que equacionaram as questões de abastecimento urbano de uma forma mais profunda lançando perspectivas e metodologias de trabalho muito estimulantes e os que, não tendo o abastecimento como cerne das suas apresentações, todavia traçaram quadros de reflexão problematizantes sobre espaços, cronologias e protagonistas do processo urbano em espaços e cronologias menos glosados. No primeiro caso contam-se os artigos de Emílio Martín Gutiérrez e de Denis Menjot. No seu texto *Ciudades y proceso de “agrarización” en Andalucía Occidental durante el siglo XV*, o primeiro dos autores referidos parte de uma escala regional e do estabelecimento de uma cartografia exemplar para realçar a interacção entre a cidade e o campo na construção das paisagens sociais medievais. Valorizando a interdisciplinaridade reflecte sobre a importância da análise dos ecossistemas em que se inserem os núcleos urbanos pois estes constituem a base da exploração dos recursos naturais, fundamentais no abastecimento urbano e na sua inserção em circuitos de consumo mais vastos. O texto de Denis Menjot – *Defender la ciudad contra el hambre: las políticas anonarias de los gobiernos urbanos en la Europa bajomedieval* – assume-se como uma síntese reflexiva que tem como espaço de observação a Europa medieval e que glosa as principais problemáticas sobre as questões relacionadas com o abastecimento de cereal e com a capacidade de resposta das cidades ao problema das carestias de cereal, na perspectiva dos poderes em presença. Um texto que se completa com o excelente estudo de uma pequena cidade no contexto português que Iria Gonçalves, oradora convidada desenvolve em *Uma pequena cidade e o seu pão na Baixa idade Média: o caso de Loulé*.

Sauro Gelichi por seu turno, em *Strange Cities on the waters: north Adriatic settlements between 7th-9th centuries AD*, tendo como espaço de observação a região lagunar de instalação das cidades de Veneza e Commachio, estabelece um reflexo sobre um adequado entrosar de fontes escritas e arqueológicas e do seu

questionamento para a recuperação de cronologias mais recuadas e para equacionar a problemática da instalação de comunidades urbanas em espaços marginais. No seu texto de Hermenegildo Fernandes – *Alguns problemas em torno de uma transição urbana no Sudoeste da Península Ibérica (séculos XI-XII)* – reencontramos a afirmação das potencialidades da utilização simultânea e completar de fontes narrativas e resultados da investigação arqueológica, no esclarecimento dos processos de transformação sociais e espaciais urbanos. Aplicada ao estudo das transformações sofridas pelas cidades do al-Andalus no contexto das ocupações de Almorávidas e Almóadas permite apontar ainda permanências que se prolongam no pós-conquista cristã e consequentemente, um melhor entendimento das transformações que a ocupação cristã vai gerar.

A maioria dos textos agora disponibilizados têm como cronologia dominante os séculos XIV e XV, tanto mais esperável quanto predominam os estudos que têm a Península Ibérica como quadro espacial de observação e dentro desta, sobretudo os reinos medievais cristãos. A conjuntura peninsular de guerra com o Islão, que se prolongou de forma mais evidente até à 2ª metade do século XIII, gerou uma afirmação tardia da cidade ibérica em relação a outras regiões europeias e consequentemente, a sua presença nas fontes disponíveis. Este predomínio espacial peninsular tem o seu contraponto nas aproximações a espaços de além Pirinéus que tanto privilegiam a escala regional – o Auvergne considerado na cronologia longa que se estende entre os séculos XIII e XVI e em função de um elemento específico como era a presença mendicante – como uma cidade de referência de tradição romana e feição mediterrânica como foi a Roma medieval e o seu abastecimento de matérias primas, aqui também analisados, numa ampla diacronia.

Desde sempre que as comunicações resultantes das distintas edições das *Jornadas* têm vindo a revelar que a Europa urbana medieval tende a organizar-se em função da dicotomia grande cidade/média e pequena cidade, com claro predomínio deste último modelo, por isso cada vez mais presente na agenda de investigação sobre a cidade medieval. É pois maioritariamente em função de pequenas e de médias cidades que os problemas de abastecimento se encontram apresentados, quer estas se apresentem articuladas em redes de contactos ou de espaços regionais quer consideradas *per si*.

A elaboração dos estudos inseridos nesta obra recorreu a uma enorme diversidade de fontes: materiais, documentais, normativas, iconográficas, numismáticas, arqueológicas às quais há que acrescentar todos os materiais – especialmente os de natureza cartográfica – produzidos pelos autores dos textos e resultantes do tratamento de informação inédita, alguns constituindo propostas interpretativas inovadoras. Destacam-se as que traduzem as preocupações das comunidades e dos poderes seus enquadradores com as questões de abastecimento, especialmente em momentos de

crise ou, as que decorrem da organização dos sistemas produtivos, de circulação de produtos ou, da fiscalidade que lhe estava associada. Metodologicamente é de salientar, como cada vez mais, os estudiosos da cidade medieval tendem a utilizar, de forma crítica, informação muito diversa, contornando, ainda que nem sempre com facilidade, barreiras disciplinares ou cronológicas.

A multiplicidade de fontes utilizada explica, em parte a diversidade de perspectivas desenvolvidas quer estas sejam protagonizadas pela fiscalidade, pela normativa ou pela expressão material de marcas sobre as paisagens urbanas e peri-urbanas e a sua articulação com a afirmação dos diferentes poderes em presença. Não admira por isso, que as problemáticas decorrentes surjam também variadas podendo salientar-se as mais frequentemente glosadas, como é o caso das resultantes das preocupações com o abastecimento alimentar urbano, geradas pelas recorrentes situações de carestia e pelos fenómenos que lhe estavam associados como as fomes, a alta de preços e, a especulação. Associáveis aos problemas de abastecimento de aglomerados humanos concentrados e com de alguma dimensão, são sem dúvida, as questões decorrentes das difíceis dinâmicas de articulação entre os diferentes poderes em presença, sobretudo quando em momentos de crise, se torna evidente a necessidade de garantir a paz social e a simultânea afirmação da sua eficácia como garantes do bem comum.

Outras problemáticas subjacentes às investigações reveladas nesta publicação centram-se na posse e usufruto de recursos naturais e agrícolas sendo que estes têm inerentes processos de enriquecimento que podem estar em directa correlação com a posse da terra, dos meios de produção e do transporte desses mesmos recursos e produtos. O crescimento urbano e a maior complexidade das sociedades urbanas e a sua consequente hierarquização fomentavam situações de conflitividade entre os possidentes mas, não menos importante situações de pluriactividade quer entre as oligarquias urbanas como nos sectores artesanais, acrescentando complexidade à análise dos grupos sociais intervenientes no processo de abastecimento urbano.

Fica também evidente que o abastecimento da cidade medieval e as suas problemáticas específicas se entrosam com outras que, não as integrando directamente lhe são paralelas e por vezes até sistémicas, como as que se associam com os níveis de produção agrícola, com o trabalho, sobretudo o de natureza artesanal, com as dinâmicas da actividade mercantil, ou ainda, com ao enquadramento fiscal das actividades económicas em contexto urbano.

Torna-se claro ainda, que tal como muitos autores têm chamado a atenção, é indispensável, para estudar o abastecimento urbano medieval, equacionar a cidade como um simultâneo centro consumidor, produtor, transformador e distribuidor, mas levando sempre em conta as diferentes escalas urbanas e o estabelecimento da relação entre o consumo e a organização e hierarquização social que caracteriza

cada vila ou cidade. Mas também emerge destas distintas abordagens a necessidade de não equacionar a cidade medieval como um espaço fechado, antes o integrando em redes de abastecimento e circuitos comerciais, quer por via terrestre quer por via fluvial e/ou marítima com escalas que encontram denominadores diversos tais como a relação cidade-campo, os contactos inter-regionais e os de escala internacional.

Tendo em vista o que já se conhece sobre a natureza das fontes disponíveis para o estudo da cidade medieval europeia teria sido esperável que outras temáticas tivessem estado presentes nestas *Jornadas*, que tinham como objectivo estudar e reflectir sobre o abastecimento urbano. Sem preocupações de exaustividade podem referir-se alguns, bastante sugestivos. Seria o caso do estudo dos circuitos de produção e distribuição de produtos de luxo como os livros ou os tecidos de elevado preço. Ou, os problemas levantados pelo abastecimento de minorias confinadas como judeus e mouros nos contextos urbanos e seus conflitos com as maiorias cristãs em momentos de crise ou em relação a práticas alimentares específicas. A disponibilidade de fontes normativas, por seu lado, permite o esclarecimento do papel arbitral e regularizador dos poderes em presença nas vilas e cidades sobre as actividades associadas ao seu abastecimento. A arqueologia do edificado, se bem que constituindo uma orientação recente, permite recuperar a presença dos equipamentos urbanos associados à produção, transformação e venda de produtos – moinhos, mercados, carniçarias, entre outros – permitindo aclarar os lugares de abastecimento quer no entre muralhas quer no espaço urbano. E é surpreendente a presença discreta de uma parte substancial dos protagonistas do processo de abastecimento urbano: os mercadores, os mesteirais, os vendedores e vendedoras de retalho, os oficiais da máquina administrativa e fiscal de enquadramento.

A análise do abastecimento das cidades e vilas medievais necessita da arqueologia para ajudar a melhor interpretar dados documentais existentes ou, a minimizar omissões de informação documental. E no desenho dos seus quadros espaciais de observação necessita de recorrer, cada vez mais, à interdisciplinaridade de modo a recuperar com fiabilidade os ecossistemas e as intervenções antrópicas em que se desenvolveram as cidades medievais e as suas envolventes. Mas, mais precisa de equacionar esta problemática através de investigações tendencialmente sistémicas, que saiam da análise de um cidade, de uma região ou de um reino específicos em favor de perspectivas mais globais, que possam captar circuitos interligados de abastecimento.

* *
*

Os editores querem ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas –

Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda, a sua continuidade no tempo. À Câmara Municipal de Castelo de Vide na pessoa de António Pita, seu Presidente temos a agradecer a aceitação incondicional das nossas propostas e o modo como criou as condições humanas e materiais necessárias para a sua concretização. Através da Dr^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, muitos dos quais não se deixam ver durante a *Semana Medieval* mas que, nos bastidores, asseguram que os eventos decorram sem falhas e com o maior profissionalismo. Ao Instituto de Estudos Medievais, na pessoa da sua Diretora, Prof^a Maria João Branvco, devemos não só o acolhimento destas iniciativas desde o primeiro momento mas também o apoio às tarefas de organização e o financiamento da participação dos oradores convidados e de estudantes da *Escola de Outono*. O Marcel L. Paiva do Monte tornou possível com o seu saber, rigor e bom gosto toda a linha gráfica de divulgação da *Semana Medieval* bem como a concepção e paginação deste livro. A Mariana Pereira, recém-chegada à equipa de organização, agradecemos a sua capacidade de aceitar as tarefas correntes e as inesperadas com a mesma eficácia.

A quantos participaram na Escola de Outono e nas Jornadas – conferencistas convidados, comunicantes, estudantes e assistentes – bem como aos revisores científicos desta obra queremos deixar o nosso obrigado uma vez que a sua participação empenhada transformou a *Escola de Outono* e as *Jornadas Internacionais de Idade Média* em consolidados pontos de encontro e discussão entre todos os que se interessam pelo estudo da cidade medieval. E por fim, o nosso obrigada aos habitantes de Castelo de Vide, pois também é deles o sucesso desta *Semana Medieval*.

A luta política pelo controlo da repartição da carne e do peixe em Braga nos séculos XIV e XV¹

Raquel de Oliveira Martins²

Resumo

É objectivo deste trabalho analisar de que forma a luta pelo controlo da repartição da carne e do peixe em Braga, nos séculos XIV e XV, se transformou numa questão política, tributária da conjuntura do seu tempo, protagonizada por actores políticos cujo objectivo era a afirmação e legitimação do seu estatuto de poder, não só perante a cidade, mas também perante o rei. Referimo-nos ao Cabido e ao concelho de Braga, que num tempo muito longo, com avanços e recuos se confrontaram e enfrentaram em torno da questão da carne e do peixe. Tentaremos, à luz de alguns exemplos que traremos aqui, descortinar e compreender o *motu* por detrás dos graves e violentos conflitos que opuseram estes dois importantes grupos de poder: o cabido da Sé, e o concelho da cidade, e que iam muito para além do *saciamento* do corpo em matérias alimentares.

Palavras-chave

Abastecimento alimentar; Açougues; Políticas municipais; Braga medieval.

¹ Lab2PT/Universidade do Minho; LaMOP/Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne; raqueldoliveiramartins@gmail.com; Trabalho realizado na sequência da comunicação apresentada nas Jornadas Internacionais da Idade Média, com o tema Abastecer a cidade medieval, realizada em Castelo de Vide nos dias 8 e 9 Outubro de 2019, e integrada no Painel do Projecto Medcrafts – “Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV”, financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ref.ª PTDC/HAR-HIS/31427/2017.

² Doutoranda em História da Idade Média, Departamento de História, ICS/Universidade do Minho em co-tutela com a École Doctorale d’Histoire/Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

The political fight for the control of the meat and fish supply in the city of Braga (Portugal) in the 14th and 15th century

Abstract

The aim of this study is to analyze how the fight for the control of the meat and fish supply in Braga (Portugal) in the 14th and 15th century as become a political matter profoundly related to a more wide political scenario, in a larger scale (kingdom of Portugal). The aim of the protagonists of this political fight was the affirmation and legitimation of their power *status*, not only in the city, before the elites, but also before the King. These, the Town Chapter, and the Town Council, fought for the control of the process of supply and distribution of the meat and fish, sometimes with great violence, not only in words, but also with actions. In the following pages we are going to try to understand the whys, the *motu* underlying those actions, and the significance for the city of Braga.

Keywords

Meat and fish supply; Town council and Cathedral Chapter; Medieval Braga.

Introdução.

O fornecimento de bens de primeira necessidade, mais concretamente os alimentares, em quantidade suficiente que evitasse por em risco a paz social de uma vila ou cidade, foi sempre uma das grandes preocupações dos governos municipais na Idade Média³. Com efeito, assegurar a fluidez da circulação e distribuição de bens essenciais como o pão, carne e peixe, de forma justa e evitando o açambarcamento, revelou-se, em alguns casos, um enorme desafio para as autoridades concelhias, não sendo de admirar o seu esforço em regular estas matérias⁴. A este respeito, e apesar de se desconhecer quase por completo como se processava o abastecimento

³Veja-se BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio – “Abastecimiento urbano, mercado local y control municipal: La provisión y comercialización de la carne en Burgos (siglo XV)”. In *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III* 5 (1992), p. 88.

⁴Esta era uma preocupação transversal para os governantes medievais. Em Portugal, como na restante Europa cristã. Veja-se: ABAD ESCRIBANO, José Luis – “La regulación del mercado alimentario: el caso de la Guadalajara bajomedieval”. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III* 21 (2008), pp. 109-137. Ainda: ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (coords.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media: Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo 2008, del 22 al 25 de julio de 2008*. Rioja: Instituto de Estudios Riojanos, 2009.

alimentar da cidade de Braga, no século XV, pode dizer-se que, também na cidade dos arcebispos, o governo municipal se debateu várias vezes com as dificuldades inerentes à regulamentação de um assunto tão volátil, como era o da distribuição e venda de alimentos⁵. Nas linhas que se seguem tentaremos descortinar alguns aspectos relacionados com o processo de repartição e venda de bens alimentares essenciais (como a carne e o peixe), em Braga nos séculos XIV e XV, numa tentativa de lançar luz sobre este aspecto importante da vida do quotidiano urbano medieval. Tentaremos mostrar como o abastecimento de carne e peixe da Braga medieval, se transformou numa luta política, travada entre dois grupos de poder, o concelho e o cabido, cujo objetivo era a afirmação e legitimação desses mesmos grupos de poder, não só perante a cidade, mas sobretudo perante o rei. Sobre este ponto, é necessário ter em linha de conta que quem controlasse o processo de fornecimento e distribuição dos bens alimentares de primeira necessidade, controlava um dos mais importantes aspectos da vida da comunidade, da vida da *polis*.

1. Controlo do abastecimento alimentar e poder político em Braga.

De facto, a luta pela repartição da carne e do peixe em Braga durante os séculos XIV e XV, embora nem sempre linear nem constante, parece ter servido, quase sempre, como mais um símbolo do poder de governar a cidade, por parte daqueles que detinham esse mesmo poder. Com efeito, controlar, supervisionar e até regulamentar todo o processo de repartição de carne e peixe, nas cidades medievais, garantia um certo domínio sobre alguns sectores da sociedade urbana e rural, fossem eles produtores ou consumidores, traduzindo-se assim num controlo económico e social, e legitimação do poder político. Numa “societat fortament intervencionista com era la baixmedieval”⁶, a proximidade inerente à supervisão e fiscalização de todo este processo, levava muitas vezes ao estabelecimento de relações de favor e oportunismo, bem como ao incitamento de alguns sectores, contra um “inimigo comum”, favorecendo assim a coesão do grupo social⁷. Em Braga também parece ter sido assim.

Apesar das fontes documentais para estas matérias serem reduzidas, é através de documentos de outra natureza, como sentenças, cartas régias ou certidões de protesto, produzidas sobretudo num quadro de graves alterações entre o concelho e

⁵ Veja-se GONÇALVES, Iria – “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV e XV)”. *Arquipélago. História*, 2ª série, 1, 1: *Memoriam* Maria Olímpia Rocha Gil (1995), pp. 29-48.

⁶ Palavras de Ramon Agustí Banegas López ao referir-se ao aprovisionamento de carne à cidade de Barcelona e da sua importância. In BANEGAS LÓPEZ, Ramon Agustí – “L’aprovisionament de carn a Barcelona durant els segles XIV i XV”. *Butlletí de la Societat Catalana d’Estudis Històrics* XIX (2008), p. 171.

⁷ Por tudo isto veja-se BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (dir.) – *Marquer la ville. Signes, traces, empreintes du pouvoir (XIIIe-XVIe siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2014.

o cabido de Braga, que temos informações esparsas, mas preciosas relacionadas com o abastecimento, distribuição e repartição da carne e do peixe na cidade. É verdade que, ao contrário de outras cidades, como Lisboa ou Évora, não existem, tanto quanto sabemos, disposições de almotaçaria ou de tabelamentos de preços e salários, para a cidade de Braga nos séculos XIV e XV. O que existe, e que se aproxima destas matérias, reporta-se ao início do século XVI, mais concretamente a 1509, ano em que temos actas de vereação sequenciais.

A inexistência de um foral medieval para a cidade dos Arcebispos, torna ainda mais difícil uma antevisão dos processos regulamentadores e fiscalizadores envolvendo a produção, controlo e venda de bens alimentares na Braga medieval. A ausência de Atas de Vereação para os séculos XIV e XV, contribui igualmente para este desconhecimento.

Mas, da leitura e análise da tipologia documental existente, e que atrás fizemos menção, percebe-se que, também na cidade dos arcebispos (o que era perfeitamente normal), existiram dificuldades inerentes à regulamentação de um assunto tão volátil, como era o da distribuição e venda de alimentos, que no caso de Braga, se traduziram em alguns confrontos graves e violentos, de difícil resolução. É claro que estamos cientes que são os eventos marcantes, políticos e não só, como é o caso dos conflitos envolvendo a luta pela repartição da carne e do peixe em Braga, nos séculos XIV e XV, que ecoam e preenchem as linhas da esmagadora maioria dos documentos medievais. A *banalidade*, por assim dizer, do quotidiano medieval raramente figura na documentação, e as notícias que temos acerca de como se desenrolavam os processos políticos, económicos e sociais ao tempo, são-nos fornecidas, na maior parte das vezes, pelos episódios de conflito que, sancionados a escrito tendo em vista a sua resolução pelas instancias competentes, dão-nos um pequeno vislumbre do período em que aconteceram.

Vejamos então, nas linhas que se seguem, como em alguns momentos de Trezentos e Quatrocentos, os açougues se tornaram um campo de batalha política onde, em alguns momentos, se confrontaram física e violentamente dois grupos de poder que coabitavam na cidade.

2. A luta política (e não só...) nos açougues.

O primeiro momento de desacordo entre os grupos de poder da cidade de Braga, envolvendo a questão da supervisão da repartição da carne e do peixe nos açougues da cidade, remonta a Maio de 1341. Este, inserido num dos conflitos mais conhecidos da história de Braga, e que foi protagonizado por dois senhores poderosos do reino de Portugal, a saber: o rei, D. Afonso IV, e o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, revela-nos como, assuntos da *governança* quotidiana da cidade medieval, se

transformavam em plataformas de lutas políticas, polarizadoras da sociedade urbana. É bem conhecido da historiografia medieval este desaguisado. Para o que aqui nos interessa tratar, é a brecha na autoridade do arcebispo, causada pelas constantes investidas de D. Afonso IV, que reclamava para si, e para a coroa do reino, o poder, e o senhorio da cidade de Braga, nas matérias da jurisdição secular.

Este episódio conflituoso que se segue encaixa-se nesse cenário de *limbo* senhorial, em que Braga parece ter tido dois senhores em confronto e oposição política. Neste conflito estavam em questão, entre outros, dois aspectos importantes, que para o que aqui tratamos, são relevantes:

O primeiro prendia-se com a legitimidade de jurar os almotacés que serviam na cidade – os do concelho, mas principalmente os do cabido. João Martins, tabelião geral e juiz “mandara al motaçel clerigo do Cabidoo da Eigreia de Bragaa que ffose jurar a el per razom desse ofizio da Almotaçaria”⁸. O Juiz do concelho defendia que os almotacés do cabido, tal como os almotacés do concelho, teriam de jurar perante ele, como representante que era do rei na cidade, e isto se quisesse continuar a exercer o seu ofício, “*Entendendo que se fazia per esto melhor direito e justiça*”⁹. A retórica política aqui envolvida é notória, pois remete para o objectivo último de se preservar o *direito e a justiça*, que evitavam a arbitrariedade (neste caso da repartição de carne e peixe), e garantiam a paz social, devendo ser preservados a todo custo. E só a coroa do reino, através dos seus funcionários, teriam legitimidade e instrumentos, para se alcançar a *concordia social*. Uma vez que o Juiz do concelho não reconhecia a legitimidade dos almotacés do cabido, e por inerência, as suas funções, foram estes homens privados de ir aos açougues repartir a carne e o peixe pois o dito Juiz do concelho, “mandara que nom ouuesse hj tal partiçom de pescado nem dal mais que o desem a cada huum como mereçia dizendo que se direito algum auija sob elas dictas cousas que o fosem mostrar a el Reij”¹⁰. É claro que o cabido respondeu à letra dizendo que “el Reij nom era de sto seu juiz nem no podia seer de direito [...] dizendo que os seus almotaçes jurauam em Cabido como sempre husarom e costumarom e faziam dereitamente aquilo que ao seu ofizio perteença E querendose alguma cousa erraua que se corrigia e Enmemdaua pelo Arçebispo E pelos seus ofiziaaes”¹¹.

A resolução deste conflito parece ter sido favorável ao cabido, isto se levarmos em linha de conta que outros desaguisados de natureza semelhante ocorrerão ao logo do século XIV, provando que o *status quo* do cabido e do concelho em matéria de proeminência política e de poder de decisão, não mudou significativamente.

Mas este episódio, quando enquadrado no cenário político-social amplo, dos

⁸ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (doravante ADB), *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 15.

⁹ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 15.

¹⁰ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 15.

¹¹ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 15.

finais da década de 30, e da década de 40 do século XIV, onde se vivia em Braga um período extremamente conturbado, no campo político, fornece-nos um quadro mais completo sobre oposições e alianças políticas, que se plasmavam nos assuntos do governo e administração urbana, polarizando os grupos apoiantes de uma e de outra parte.

De candeias às avessas andavam o arcebispo D. Gonçalo Pereira e o Rei, D. Afonso IV, mor motivos referentes à usurpação da jurisdição temporal da cidade perpetrada pelo monarca. O concelho de Braga aproveitou o ambiente de contestação e de imposição da autoridade do rei na cidade de Braga, e quis impôr ele mesmo a sua autoridade na cidade. Apoderou-se de alguns símbolos do poder, como o selo do concelho, abrindo um canal de comunicação directo com o rei, o *rival* directo do senhor da cidade¹². E tomou a seu cargo os açougues, e a repartição da carne e do peixe. Sem sombra de dúvida, apoderando-se dos Símbolos do poder de governar, legitimava-se como estrutura de poder!

Passando para outro momento de contenda jurisdicional, desta feita no reinado de D. Pedro I, e em que este reclamou para si o senhorio da cidade de Braga, retirando-o ao arcebispo e senhor dela, apenas 20 anos depois do atrás descrito, temos notícias de novas contendas envolvendo a questão da legitimidade dos almotacés do cabido, e a sua presença nos açougues cidade. Novamente o concelho, beneficiando do que parece ser um enfraquecimento da autoridade eclesiástica, em benefício da autoridade e jurisdição régia, afirma-se como força política activa e interveniente na *governança* da cidade.

Como de *costume* debateram-se, em lados opostos da questão, o concelho e o cabido de Braga, queixando-se este último sobre o seu direito de ter um almotacé seu, escolhido e posto por si, nos açougues da cidade, pois [O cabido]

...“sempre ouueram almotazarja na dicta vila e as cousas que a ela pertenciam E que se husara sempre per esta gisa que elles pojnham huum almotaçe clerigo em seu nome cada mes E o dicto conçelho outro dantre sj leigo pera almotazar as viandas e aquilo que compre a almotazarja E que faziam direito daquelles que nom o faziam o que deuiam nos ofizios em que elles aujam de uer E todo aquilo que os almotaçes am dauer que aujam o seu almotaçe a meatade e o outro do conçelho a meatade E que Regiam a uilla de todo aquilo que compria ao seu officio E que assj husaram sempre de tanto tempo que a memoria dos homees nom era em contrairo [...]”¹³.

¹² COELHO, Maria Helena Cruz. – “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*. Vol. II, tomo 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462. Também Vilar, Hermínia Vasconcelos – “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos”. *Lusitania Sacra* 22 (2010), pp. 149-165.

¹³ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. 62.

Naturalmente, e como era hábito em matérias desta natureza, esgrimiram-se de ambas as partes os motivos que encaixavam dentro das alegações de cada uma das partes em oposição. Do outro lado, o procurador do concelho alegava que uma vez que a jurisdição da cidade já não era do arcebispo, o cabido não teria quaisquer direitos sobre a almotaçaria da cidade, escudando-se atrás de justificações convenientes, como a de que os almotacés do cabido não exerciam o cargo com justiça, e praticando favorecimentos, prejudicavam a cidade, e punham em perigo a paz social. Queixando-se a D. Pedro I, deram como exemplo o episódio de quando D. Afonso IV tomou a jurisdição de Braga deixaram de existir os almotacés do cabido, pelo menos no curto período de tempo em que a jurisdição da cidade esteve nas mãos do rei, antes de ser devolvida a D. Gonçalo Pereira Lemos:

“[...] o concelho contestou dizendo que a almotaçaria hj juridiçom temporal E que perteeçe ao senhor cuia terra he E que ao que deziã e alegauã da parte do dicto cabidoo que estauã em pose de poer almotaçel diziam que no tempo que a jurdiçom estauã por o arçebispo [...] per o tempo que a jurdiçãã aujam eram sempre mais ffauorauja ao cabidoo que ao concelho E que por eso lhis soffriã de poer almotaçees por que sempre desa almotaçaria husauom nom agisadamente E que pois ora a juridiçom estauã por mjm que o dicto cabidoo nom auja por que poer almotaçel E outrossj diziam que ordinhaçom do Regno era que nenhum clerigo nom aia tal offizio E diziam que quando o dicto cabidoo poinham tres e quatro almotaçees em hum mes E que faziam o que elles qeriam E que se agrauauã aquelles que aujam de dar as viandas E se os juizes qeriam correeger diziam que nom eram seos juizes E que por talo Razãã se perdia justiaçã[...]”¹⁴.

Esta argumentação por parte do concelho é extremamente interessante do ponto de vista da ideologia do exercício do poder laico, pois remete para a lei geral do Reino, as Ordenações, que na óptica do concelho de Braga, tem primazia sobre as leis e os costumes que vigoravam em Braga quando o arcebispo era Senhor da cidade. O controlo do processo envolvendo a repartição da carne e do peixe na cidade, deixou de ser um mero assunto *mundano* e do quotidiano, e passou a ser uma bandeira política do concelho de Braga que, pelo menos momentaneamente, tomou nas suas mãos as rédeas do poder de governar a cidade.

O século XIV não haveria de terminar sem outro episódio de *usurpação* do senhorio de Braga. E foi no reinado de D. Fernando, que à semelhança dos episódios de conflito anteriores, se viveu em Braga e no reino de Portugal, momentos políticos conturbados. Corria o ano de 1380 quando o monarca retirou o senhorio de Braga

¹⁴ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. 62.

ao arcebispo D. Lourenço Vicente. Novas notícias, na documentação coeva, de que o concelho da cidade *aproveitou* a oportunidade para se afirmar como grupo governante, e, sem consultar os restantes actores políticos e sociais de Braga, como o cabido e restantes homens bons, lançou uma sisa sobre os bens alimentares, carne e peixe incluídos. Escusado será dizer que este acto foi considerado uma afronta, e causou uma onda de descontentamento na cidade. Todos os potenciais afectados pelo imposto protestaram. O cabido, os mercadores, os carnicheiros e tendeiros, isto “porque diziam que o Concelho nunca esto mandara pedir nem dizer ao dicto meirinho e que lhes era em gram prejuizo e que porem contradiziam a ello em seu nome e dos outros tendeiros da dicta cidade” e que por isso “nom consentiam que se a dicta Sisa lançasse [...] e contradizia a todas as dictas cousas contehudas na dicta carta do dicto ouvidor e que nom consentia que se a dicta sisa possessese nem em cousa que o dicto juiz hij ffezesse nem mandasse ffazer [...]”¹⁵.

Este acto importante da parte do concelho de Braga revelou, a nosso ver, um aspecto importante acerca da edilidade bracarense, ao tempo: que existia uma consciência de grupo cuja importância política e proeminência social não devia ser subestimada, nem dentro da cidade pelo cabido da Sé, nem fora dela pelos concelhos vizinhos.

3. O século XV e a mudança de senhorio.

No dealbar do século XV, operaram-se mudanças políticas significativas envolvendo o senhorio da cidade de Braga, as quais se refletiram também, e com grande intensidade, na questão da repartição da carne e do peixe em Braga.

Em janeiro de 1402 celebrou-se um contrato de escambo entre D. João I de Portugal e o arcebispo de Braga D. Martinho Afonso Pires da Charneca, que visava a transferência do Senhorio da Cidade de Braga, da Igreja de Braga para a Coroa. Neste contrato foram consignados alguns dos direitos dos prelados e cabido bracarense e deveres dos moradores da cidade, sendo que o aspecto da distribuição e repartição da carne e do peixe seria uma das cláusulas presentes no dito contrato¹⁶.

Não é de admirar, à luz do que vimos analisando nas páginas precedentes, que a questão da repartição da carne e do peixe fosse transformada numa cláusula consignada a escrito, num contrato jurídico. Muito já se tinha debatido e escrito no século precedente, sem se alcançar verdadeiramente um pleno acordo pelas partes. Processos judiciais custosos que tinham acabado em *nim*. Era expectável que se tratasse desta questão, para evitar dissabores desnecessários. Por isso no contrato de

¹⁵ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. 16.

¹⁶ MARQUES, José – “O senhorio de Braga no século XV – Principais documentos para o seu estudo”. Separata de *Bracara Augusta* (XLVI). Braga: Câmara Municipal, 1997, pp. 20-22.

1402 escreveu-se o seguinte:

“Item per de carnibus et piscados que in dicta Ciuitate venduntur primo almotacerius dabit Archiepiscopo que pro tempore fuerit per pecunijs suis id per sibi fuerit expediens et de Residuo tercia pars dabitur canonicis et tercanarijs et alijs de capitulo pro pecunijs suis si eam voluerint et Residuum dabitur habitatoribus dicte Ciuitate”¹⁷.

Isto parecia claro, mas não foi. A prática revelou-se mais complicada e rica, aliás como quase sempre na vida real.

Pouco depois de ser assinado o contrato de mudança de senhorio, o concelho da cidade toma providências para chamar a si a administração dos açougues da cidade. E como o faz? Lemos numa carta dirigida a D. João I, enviada pelo concelho de Braga que “Johane afomso nosso serujdor nos enujou dizer que ell entendendo per o nosso serujço mandara tirar os açougues antigos da çidade de bragaa donde ora estavam aa porta da sse para fazer hi a praça [...] E Nos ueendo o que nos pedia e entendendoo por nosso serujço e prol e honrra da dicta çidade [...] outorgamos o dicto”¹⁸.

Mais uma vez, uma acção política reveladora de uma consciência de poder concreto, dos governantes municipais, que estariam agora escudados por um enquadramento legal de *iure*, resultante da jurisdição régia na cidade.

No entanto, os conflitos envolvendo a carne e o peixe, e sua respectiva repartição e distribuição, continuaram. E mais acesos, e mais violentos, pese embora o facto de que existia uma moldura legal, certamente pensada para evitá-los. Havia pois um documento escrito, mas a sua interpretação causava dúvida e celeuma, e as partes envolvidas interpretavam-na cada uma à sua maneira. Mas a clausula era clara: De toda a carne e de todo o peixe que entrasse na cidade, o arcebispo retirava o que lhe conviesse, mediante pagamento, ou *por seus dinheiros*. O restante, ou *resíduo*, seria dividido em três, a saber: uma parte para o cabido, e duas partes para o concelho e povo da cidade.

O pomo da discórdia prendia-se com a ordem de precedência ao acesso e repartição da carne e do peixe. Simplificando, quem, cabido ou concelho, acederia primeiro ao *resíduo* da carne e do peixe depois do arcebispo ter tirado a sua parte. É importante referir que nunca se questionaram os direitos do arcebispo, talvez pela simbologia do seu estado eclesiástico, bem como pelo seu poder político e influência social. As duas partes em conflito eram então – ao tempo, e sempre –, o concelho e o cabido da Sé de Braga. Ideologicamente, talvez os homens da câmara vissem como

¹⁷ ADB, *Gaveta de Braga*, doc. 22. Este documento encontra-se transcrito e inserido num processo judicial datado de 25 de julho de 1406, elaborado com o objectivo de se apurar a legalidade e a validade do contrato de escambo de 1402. Este processo foi transcrito na íntegra por José Marques na já referida obra (nota 4) – *Vide* pp. 35-54.

¹⁸ ADB, *Colecção Cronológica*, doc. 940. Este documento, datado de 20 de março de 1403 (pouco mais de um ano após a troca de senhorio), dá-nos conta dessa mudança já efetuada nesta data.

uma afronta à própria jurisdição régia e à índole da governação laica, o cabido ser servido de carne e peixe em primeiro lugar, antes do povo da cidade.

E logo em 1416, em Sé vacante, notícias de desaguisados sobre a repartição da carne e peixe, dão-nos conta da polarização política causada pelo não entendimento das partes, quanto à clausula do contrato de 1402. Com efeito, queixou-se o cabido de que o concelho incorrera em incumprimento do contrato porque “os almotações lhes nom dauom o dicto terço em cheo sseguundo que erom teúdos de dar tirando ante de todo pescado e carne de todo o monte carne e pescado que dauom a goncallo pereira E outros caualleiros e pessoas o que nom deuiam fazer[...]”¹⁹. Em 1419, ainda não se tinha resolvido esta questão e apelava-se ao rei para fazer cumprir o contrato, dado que as posições se tinham extremado, e os ânimos escalado violentamente. O concelho queixou-se ao rei que

“[...]algumas pessoas grandes e poderosas do dicto cabidoo que presentes estauom com tençom demjuriar o dicto concelho disseram que mall que pesase aos do dicto Conçelho elles lhe dariom a carne primeiro que a nemhuom do dicto concelho e lha pessariom primeiro E que sse lha primeiro dar nom quisessem elles per meatade da força lha hiriom tomar ao açougue E que esses do concelho lha nom defenderiom nem erom pera lha defender ca os do dicto cabidoo erom mais e melhores e mais poderosos que o dicto concelho [...] se o dicto cabidoo tall obra de factio quisessem fazer e forçar a dicta carne ao dicto concelho ssem poder e mandado de justiça e alguuns do dicto concelho quisessem sua carne em parar e defender sse recreçeriom mortes dhomens ou feridas ou alleigamentos ou outros alguuns grandes malles [...]”²⁰.

O cabido de Braga com direito ao contraditório, defendeu-se, justificando estas atitudes extremas com o facto de lhe ser reservada a pior carne da cidade. Uma acusação séria, à qual nem os carnicheiros da cidade escaparam, reveladora da posição privilegiada que o cabido auferia, decorrente do seu estado eclesiástico. E este acto era uma afronta ao seu estado. Sem rodeios justificou-se ao monarca dizendo que

“as melhores carnes fazem escolher e fiugar em casas dos carnyçeiros E a mais magra e peyor fazem viir aa carneçaria e dessa repartem ao dicto cabidoo em guisa que ja primeiro o mais vill dantre elles tem sua carne çerta cozida quando a ao dicto cabidoo e dignydades e coonegoos dell ham repartida a sua E o que peor he depois que asy he repartida os allmotações per elles postos nos filham ajnda della o que lhes apraz em guisa que muytos dos dictos coonegoos ficam ssem carne elles e seus seruidores[...]o dicto cabidoo recebem em cada huom

¹⁹ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. 65. Documento datado de 11 de Agosto de 1442, contendo os traslados de cartas régias de 1416 e 1419, onde se dá conta dos desentendimentos entre o cabido e o concelho de Braga sobre a repartição da carne e do peixe, no seguimento do estipulado no contrato de *escambo* de 1402.

²⁰ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. n.º 65, 67.

dia grandes agrauos e emjurias [...]”²¹.

Não havia pois fim à vista para este conflito. Em 1442, em resposta a mais uma acusação que o cabido de Braga fez ao rei, pelo incumprimento da clausula do contrato de 1402, respondeu o concelho que aquilo que reivindicava o cabido era “em prejuízo del Rey nosso Senhor e de sua jurdiçom e desta çidade e çidadaaos della”²². A posição do concelho de Braga era clara, pois adotando um discurso político de afronta, questionava, em última análise, a validade e aplicabilidade da própria cláusula do contrato de *escambo* de 1402. O procurador do concelho afirmou mesmo “que o dicto escaybo que eles alegam nom diz nem declara tall que a dicta carne aja de seer repartida e cortada primeiro que ao dicto conçelho”, e invocando uma carta do Regente D. Pedro, para justificar as ações do município, continuou, citando as palavras deste último: “se despois do escaybo sempre esteuestes [concelho] em posse de a darem [carne e peixe] primeiro a vos [concelho] que a eles [cabido] se vos boo costume e posse tendes mantende o ca nos nom uos entendemos de quebrar vossos priuilgios hussos e boos costumes”²³.

4. O contrato de 1472 – o conflito permanece?

A reversão da estatuto jurisdicional de Braga, em 1472, que sancionou de vez o seu estatuto de senhorio eclesiástico, ficou como em 1402 contratualizado, comprometendo-se as partes envolvidas a zelar pela sua aplicabilidade plena. Este novo contrato, não trouxe, contudo, informações novas sobre a questão da repartição da carne e do peixe na cidade de Braga, indicando, ao que parece, que tudo deveria ficar como estipulado no primeiro contrato de 1402. Isto pode ser inferido destas palavras consignadas no contrato de 1472: “elle dicto Arcebispo e seus sobcessores tenham e ajam na dicta cidade e seu termo aquelles dirreitos dos quaaes o dicto Arcebispo agora esta de posse per bem e vertude do primeiro contraucto de permudaçom facto antre o dicto Rey Dom Joham e o Arcebispo Dom Martinho [...]”²⁴. O novo contrato apesar de ter significado uma mudança no estatuto jurídico da cidade, não influenciou nos conflitos e desaguisados envolvendo a repartição da carne e do peixe em Braga. Estes continuaram, persistiram mais ou menos ruidosos, dependendo das conjunturas políticas, sociais e económicas das épocas em que se inseriam. Em alguns momentos do século XV, o ambiente de tensão e de medo vivido nos açougues de Braga era tal, que alguns carniceiros começaram a guardar a carne nas suas casas,

²¹ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 65, 67.

²² ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 65.

²³ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 65.

²⁴ ADB, *Gaveta de Braga*, doc. 23.

escondendo-a dos açambarcadores que pela força a iam buscar aos açougues. Por exemplo, em Janeiro de 1474, o cabido de Braga acusou o carniceiro Rui Gonçalves, de guardar na sua casa o melhor boi dos dois que matou,

“E llogo [lhe] requereo que lhe trouxesees ho terço do melhor boy ho que uos por alghuum nom boo respeito ffazer nom quisestes e o recusastes ffazer respondendo que primeiro qujriees talhar aquella carne aa cjdade e a sseus moradores e que sse elle quisee tornasse aa tarde e lha darjees[...]”²⁵.

Esta acusação do cabido de Braga relativamente à retenção da carne na casa do carniceiro é interessante na medida em que nos mostra o ambiente de desconfiança que existia relativamente ao abastecimento cabal dos açougues e a sua supervisão pelos almotacés da cidade, pois parece ter existido uma área cinzenta, em que era permitido, em alguns casos que a carne ficasse com o carniceiro. Mas esta contestação era mais pelo facto de que ter sido melhor carne, do melhor boi a ser desviada da mesa dos “dictos Senhores por seerem pesoas eclesiasticas e priujlligadas e os santos canones e leix inpenaaes dom e outorgom grandes prerogatiuas e priujllegios”²⁶. Este é apenas um dos muitos exemplos da seriedade do assunto envolvendo a ordem de precedência da repartição da carne e do peixe em Braga que, em última análise, significava, pelo tipo de carne que conseguiam arrematar, quem era o grupo político-social mais importante. Parece de somenos, mas não o seria ao tempo destes acontecimentos. Ainda em 1501, estando ausente o arcebispo D. Jorge da Costa em Roma, o concelho e o cabido andavam em pleitos, discordando e agravando-se diariamente nos açougues por causa da repartição da carne e do peixe nos açougues²⁷. Apesar da cidade ter voltado ao estatuto de senhorio eclesiástico, o contencioso não tinha fim à vista. As notícias documentais deste desaguisado levam-nos longe, até ao século XVII!

5. Alguns aspectos sobre políticas de regulamentação e fiscalização concelhia.

Os episódios de conflito e alteração política evocados nas páginas anteriores, deixam antever porém outros aspectos importantes, que se prendem com o processo de abastecimento da cidade em si. É verdade, como já atrás referimos, a repartição justa dos bens essenciais, como a carne, o peixe, e o pão entre outros, era quase sempre matéria delicada a ser tratada pela almotaçaria das cidades, e não será para nós hoje difícil de imaginar os discursos inflamados em plenos açougues, praças e mercados,

²⁵ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 76.

²⁶ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 76.

²⁷ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. 68.

proferidos por autoridades, vendedores e fregueses, cujo fogo das suas palavras era atizado pelos respetivos séquitos de apoiantes.

Para além de actuarem no sentido de garantirem à cidade o suprimento necessário de bens essenciais, os governos municipais medievais (na sua generalidade), e Braga com certeza não seria excepção, agiam também no sentido de salvaguardar os produtores locais (assegurando-lhes o acesso ao mercado diário), adotando, em alguns casos, políticas comerciais protecionistas, ao limitar, por exemplo, a entrada na cidade de bens essenciais importados de outras cidades ou vilas do reino²⁸. Estas ações estariam, na maior parte das vezes, impregnadas de propaganda política, visando demonstrar a capacidade e a competência governativa do município, face aos outros poderes concorrentes na cidade, ou vila.

As Ordenações Afonsinas estipulavam que os almotacés tivessem *carrego* de vigiar o trabalho de todos os mesteres assegurando, com a fluidez possível na época, o provimento dos mercados urbanos. Para além disso, fazia também parte das suas competências, o tabelamento do preço da carne e do peixe quando este chegava aos açougues e a sua posterior divisão entre ricos e pobres, bem como a supervisão dos pesos e das medidas usadas. No caso de Braga, ao longo de todo o século XIV e XV, este *carrego* não deve ter sido pacífico, especialmente depois do contrato de escambo de 1402, que sancionou, em forma de lei, o processo de repartição da carne e do peixe na cidade, conforme já mencionamos.

De facto, como atrás vimos, a almotacaria em Braga parece ter sido uma moeda com reverso e anverso, sendo que num dos lados estariam os almotacés do Concelho, e no outro, os almotacés do Cabido. Juntos, estes oficiais “faziam djreito daqueles que nom faziam o que deviam nos ofizios em que elles auiam de aueer E (...) Regiam a uilla de todo aquilo que conpria ao seu ofizio E que husaram sempre de tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em contrairo”²⁹.

Os homens que desempenhavam o cargo de almotacés concelhios tinham fortes ligações ao poder municipal. Os almotacés dos primeiros meses do ano administrativo concelhio, que começava em Março, eram os oficiais do ano cessante: juízes, vereadores e procurador. Com efeito, no primeiro mês seriam almotacés os dois juízes *velhos*, no segundo mês dois vereadores, e no terceiro mês um vereador e o procurador do concelho. Nos restantes meses os almotacés seriam homens bons da cidade de Braga, escolhidos por *pelouros*³⁰. Não é de admirar, portanto,

²⁸ JARA-FUENTE, José Antonio – “Élites urbanas: las políticas comerciales y de mercado como formas de prevención de conflictos y de legitimación del poder (La veda del vino en Cuenca en la Baja Edad Media)”. *Brocar* 21 (1998), pp. 119-133.

²⁹ ADB, *Gaveta dos Privilégios*, doc. nº 62.

³⁰ MARTINS, Raquel de Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo dOs homrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013, p. 70. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29298>.

que defendessem os interesses da instituição municipal, opondo-se muitas vezes ao cabido da cidade, instituição que para a edilidade, muitas vezes ameaçava a paz social e o bom funcionamento dos açougues e dos mercados da cidade.

Conclusão.

Em conclusão podemos dizer que a luta pelo controlo da repartição da carne e do peixe em Braga, nos séculos XIV e XV, e os confrontos a ela inerentes, tiveram em comum o facto de, como pano de fundo, estarem a ocorrer importantes mudanças políticas, associadas às mudanças de jurisdição, de eclesiástica para régia. E este conflito em torno do abastecimento da carne e peixe era apenas um dos aspetos do quotidiano em que o governo municipal podia exercer e reivindicar maior controlo e poder, associado à ideologia política da centralização do poder régio, da qual os governos municipais de senhorio régio eram representantes de excelência.

A luta pelo controlo do governo da cidade, encetada pelo concelho, estava associada a uma consciência de poder e a um sentimento de *coesão social* do grupo governante municipal, que com frequência se materializou em conflitos abertos contra o cabido da Sé de Braga. Tais conflitos levaram por vezes o concelho a questionar algumas das prerrogativas senhoriais mais antigas usufruídas pelos cónegos. Com efeito, a luta pelo controlo da repartição do peixe e da carne em Braga, durante os séculos XIV e XV, se tributário das conjunturas políticas e sociais da época revelaram-se também como meios de aproveitamento e propaganda política, tanto por parte do concelho de Braga como do Cabido da Sé.

Em Outubro de 2019 decorreram em Castelo de Vide a 3ª *Escola de Outono em Estudos Medievais* e as 4ªs *Jornadas Internacionais de Idade Média*, estas últimas em torno do tema *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Um ano depois, graças ao apoio da Câmara Municipal de Castelo de Vide estamos a disponibilizar ao público uma recolha de textos selecionados de entre os apresentados nesses dois eventos, depois de terem sido alvo de uma dupla avaliação por pares. Apesar das dificuldades colocadas pelo actual contexto pandémico ao desenvolvimento de trabalhos de investigação, é possível publicar um conjunto de 30 textos elaborados por 33 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, Itália, França e Estados Unidos da América. Esta obra, revelando e ampliando o que foram as lições da Escola e as conferências plenárias e comunicações das *Jornadas*, vem dar continuidade ao desiderato que desde sempre foi associado à organização destes dois eventos: ultrapassar o âmbito mais restrito dos que neles participaram através da divulgação, em formato papel e digital, de conhecimento novo e de qualidade sobre a cidade medieval.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

